

AS AMBIGUIDADES E A PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DE TRABALHO E RENDA NO BRASIL.

Paulo Lourenço Domingues Junior*

RESUMO

Neste artigo, realizamos uma análise dos programas de transferência de renda e dos programas de trabalho e renda, bem como das possibilidades de interligação entre ambos. Num primeiro momento, reconstituímos a discussão em torno de diferentes políticas públicas para o mercado de trabalho. Analisamos também as origens do sistema público de emprego no país, e as diferentes políticas públicas relacionadas à transferência de renda, à geração de trabalho e renda e à economia solidária. Finalmente, nas conclusões, retomamos os limites, mas também as possibilidades da junção dos programas de transferência de renda com os programas voltados para a geração de trabalho e renda.

Palavras-Chave: Políticas sociais, precarização, transferência de renda, trabalho e renda.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, realizamos uma análise dos programas de transferência de renda e dos programas de trabalho e renda, bem como das possibilidades de interligação entre ambos. Mapeamos também o debate colocado em torno da concretização dos mesmos, da sua interligação, além de retomar alguns estudos de avaliação desses programas sociais e das possibilidades de sua junção.

O objetivo deste artigo é destacar a importância da formulação de políticas públicas para o enfrentamento da questão social e para combater os problemas atuais relacionados com o mercado de trabalho. Assim, num primeiro momento, reconstituímos a crise da chamada “sociedade do trabalho”, bem como a discussão em torno de diferentes políticas públicas para a mesma. Posteriormente, analisamos as origens do sistema público de emprego no país, e

* Sociólogo, Doutor em Sociologia pela USP (Universidade de São Paulo) – Brasil. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

descrevemos o histórico da economia solidária, suas origens, seu desenvolvimento e questões atuais. Analisamos as diferentes políticas públicas relacionadas à geração de trabalho e renda (de economia solidária), à transferência de renda, bem como o debate em torno das mesmas. Finalmente, nas conclusões, retomamos os limites, mas também as possibilidades da junção dos programas de transferência de renda com os programas voltados para a geração de trabalho e renda, retomando os principais problemas e dificuldades atuais de tais programas.

A CRISE DO EMPREGO

Atualmente, temos a chamada crise da “sociedade do trabalho”, ou em outros termos, “crise do emprego”, porque os empregos, nos diferentes países do mundo, diminuem cada vez mais. A falta de um trabalho digno e regulado (social e juridicamente) é um problema moderno, das distintas sociedades, desenvolvidas e subdesenvolvidas. A globalização dos mercados, com seus fluxos financeiros voláteis, e o chamado neoliberalismo impõem realidades cada vez mais duras para os diferentes países, tais como o desemprego, o subemprego e o trabalho precário. Em suma, a precarização do trabalho se faz presente nos países da periferia do sistema capitalista, tais como o Brasil e a América Latina de um modo em geral, mas também ocorre nos países centrais do capitalismo. (OLIVEIRA, 2003).

É sabido que a lógica do capital é (e sempre foi) excludente. A “nova” exclusão se caracteriza por um excesso de população “sobrante”, que não consegue (por vezes nenhuma) inserção de trabalho, ou possui trabalhos cuja extração de mais valia ocorre de forma exacerbada, ou seja, a exploração do trabalho ocorre de modo extremamente predatório (ANTUNES, 1999).

Contudo, ressaltamos que há diferentes posturas teórico-metodológicas para a chamada “crise do trabalho” ou “crise da sociedade do trabalho”. Para alguns, o capital já não necessitaria do trabalho vivo (constituído essencialmente pelo trabalhador), daí a desnecessidade da mão-de-obra, tornando-a descartável (OLIVEIRA, 2003). Para outros, o trabalho vivo se encontra imbricado com o trabalho morto na reprodução ampliada do capital, e assim, o crescimento do trabalho morto no capitalismo contemporâneo, principalmente, máquinas e equipamentos,

acarretaria um grande desemprego. Contudo, o trabalho continua sendo, nessa visão, uma categoria central na sociedade contemporânea (ANTUNES, 1999).

Outros analistas afirmam que novas regulações do trabalho estão sendo formadas, e muitas vezes, de forma precária, erodindo a antiga regulação social e jurídica fordista (que assegurava direitos e cidadania para os trabalhadores) (CASTEL, 2000). Para outros autores, a crise do trabalho é consequência de políticas macroeconômicas equivocadas, de (falta de) crescimento econômico, entre outras, o que provoca o surgimento do poucos e precários postos de trabalho. (POCHMANN, 2001a).

As propostas para a crise atual do mercado de trabalho também são distintas. Gorz (1997) ressalta que o trabalho contemporâneo sempre foi marcado por uma dimensão (ou razão) instrumental muito forte, com poucos elementos voltados para as reais necessidades humanas. Para ele, no capitalismo contemporâneo, há a possibilidade da redução drástica da jornada de trabalho, e portanto, do tempo dedicado ao agir instrumental característico do trabalho capitalista. Além disso, há a possibilidade da realização de trabalhos comunitários e associativos, que não são contaminados integralmente por uma dimensão instrumental.

De acordo com Robert Castel (2000), o trabalho ainda é fator primordial constitutivo das identidades e, portanto, uma nova regulação (jurídica e social) do trabalho é necessária, de forma que se resgate a cidadania do trabalho. Nesse sentido, o autor destaca os perigos de amplas políticas voltadas para a distribuição de renda, que podem gerar uma sociedade “dual”, composta por um lado, por pessoas que vivem exclusivamente da (distribuição de) renda e por outro, por indivíduos que produzem riquezas e vivem do trabalho. Isso poderia comprometer os laços de reciprocidade e solidariedade fundamentais para a constituição de qualquer sociedade.

Alguns autores destacam a importância da construção de políticas macroeconômicas mais justas, de crescimento econômico, de fomento à agricultura, construção civil, fortalecimento da infra-estrutura, entre outros, de forma a gerar empregos de qualidade, além de renda para a população (POCHMANN, 2001b). Existem também autores que defendem programas

redistributivos (de transferência de renda) como forma de resgatar a cidadania dos excluídos do mercado de trabalho (SUPLICY, 1988), (SPOSATI, 1997).

A idéia de uma renda universal para todos os cidadãos de cada país também é defendida como forma de combate à exclusão. (VAN PARIJS, 1996). Finalmente, existem autores que defendem a união dos desempregados em pequenos empreendimentos coletivos, como cooperativas e associações, como forma de combater o desemprego e a precarização do trabalho. (SINGER, 2000).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO TRABALHO E RENDA NO BRASIL.

As políticas de emprego, de acordo com a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constituem uma intervenção do Estado necessária para assegurar maior igualdade de oportunidades, seja para regular o processo de ajustamento entre oferta e procura no mercado de trabalho, seja para melhorar a integração de grupos menos favorecidos. Tais políticas variam, podendo incluir desde concessão de empregos públicos ou semi-públicos, implantação de agências de empregos, até o subsídio ao auto-emprego, entre outras. Essencialmente, após a década de 1970, nos países desenvolvidos e nos periféricos, com algum atraso, diversas políticas públicas direcionadas para o mercado de trabalho foram desenvolvidas, ou seja, as chamadas employment services, voltadas para o pagamento de benefícios de assistência ao desempregado e vinculadas à promoção de sua inserção produtiva, como o oferecimento de cursos de educação profissional e o estímulo ao auto-emprego, por meio de programas de apoio à micro e pequenas empresas (VALLE, 1998).

Desta forma, o sistema público de emprego é formado por um conjunto de atividades articuladas para auxiliar o desempregado, como a intermediação de mão-de-obra, a formação profissional e a assistência financeira. No Brasil, foram desenvolvidas, ao longo de várias décadas, diferentes políticas de alocação de mão-de-obra, a educação profissional e a geração de

emprego, mas a ligação entre elas sempre foi problemática. Em outras palavras, a articulação entre os diferentes componentes do chamado sistema público de emprego, constituído pela assistência financeira, e inserção profissional (programas de geração de emprego e renda) sempre foi precária no Brasil (POCHMANN, 1999).

Na década de 1970, houve a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que intermediava mão-de-obra, isto é, orientava os trabalhadores a buscar uma inserção produtiva no mercado de trabalho. Possuía uma montagem institucional complexa que envolvia os governos federais e estaduais, mas caracterizou-se por uma descontinuidade administrativa e de recursos, o que colaborou para uma baixa eficácia no seu funcionamento. Fortaleceu-se também o sistema previdenciário nessa década (VALLE, 1998). Na década de 1980, foi instituído o seguro-desemprego, havendo pouca eficiência no seu funcionamento (POCHMANN, 1999).

Na década de 1990, há importantes mudanças no sistema público de emprego, devido à regulamentação de diferentes dispositivos inseridos na Constituição de 1988. Em 1990, ocorre a implementação, em âmbito federal, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que passa a destinar 60% dos seus recursos para o Programa de Seguro-Desemprego, que deveria integrar o seguro-desemprego, a qualificação profissional, a intermediação de emprego, e a recolocação no mercado de trabalho. Assim, há um aumento da quantidade de pessoas atendidas por esses programas, além da melhoria de eficiência e passa-se a realizar políticas de geração de emprego e renda, visando estimular a oferta de empregos nas micro e pequenas empresas, nas cooperativas, além de políticas para o setor informal (POCHMANN, 1999; VALLE, 1998).

O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS VOLTADAS PARA TRABALHO E RENDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir dos anos 90 e especialmente a partir de 2000, temos no Brasil, uma série de políticas públicas voltadas para aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho formal, tais como autônomos e trabalhadores informais. Em outras palavras, as políticas sociais

relacionadas ao trabalho passaram a atingir um público desprotegido das ações estatais, composto por pessoas subempregadas e desempregadas.

Dentre as ações realizadas, destacamos duas políticas voltadas para o mercado informal: programas de micro-crédito e programas de economia solidária. O primeiro é composto por pequenos créditos subsidiados aos trabalhadores informais e para pequenos empreendimentos informais, visando à formalização dos mesmos. Esses programas são voltados para o aumento da produtividade e do capital de giro e, portanto, para a sobrevivência dos pequenos empreendimentos informais, muitos deles, familiares. Além disso, existem programas que objetivam o fortalecimento da economia solidária.

Historicamente, a Economia Solidária sempre foi uma forma dos trabalhadores desempregados ou subempregados unirem esforços no sentido da realização de uma produção coletiva e justa, onde todos trabalham e colhem de modo igualitário os frutos da sua produção. Estas formas diferenciadas de relações de trabalho abarcam associações, empresas autogeridas e também o cooperativismo (SINGER, 2003). Na cooperativa, há a possibilidade de implementação de uma gestão coletiva, que envolve a participação de todos os membros cooperados nas decisões do empreendimento, propriedade coletiva da organização, bem como a divisão de lucros de modo igualitário (SINGER, 2002).

A partir das duas últimas décadas, como vimos, é estabelecida, desde o âmbito federal até o municipal, uma série de políticas públicas de geração de emprego e renda, tais como micro-crédito, estímulo ao auto-emprego, e também, apoio ao cooperativismo, entre outras (OLIVEIRA, 1998). As cooperativas populares passam a ser vistas como alternativa de combate ao desemprego e também como forma de autonomia das camadas populares, tornando-se um tema de extrema relevância social e importante no debate acadêmico nacional e mesmo internacional (FORNI, 2004), (BASCO E LAXALDE, 2003).

O cooperativismo passou a ser alvo de diferentes políticas públicas, e até mesmo das universidades, através das incubadoras de cooperativas populares. Assim, na década de 90, através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) instituição vinculada ao governo federal, foi implementado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que passou

a estimular a formação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) como política de extensão das universidades públicas. Essas incubadoras são responsáveis pelo atendimento a setores excluídos da sociedade para a formação de cooperativas populares, e atualmente, existem 33 incubadoras de cooperativas funcionando a nível nacional (GUIMARÃES, 2000), (SINGER, 2000 e 2006).

Em 2003 foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) para catalogar, difundir e apoiar diversas experiências relacionadas ao cooperativismo e a economia solidária. A SENAES fez o mapeamento de todas as experiências solidárias no país, e trabalha para o fortalecimento de unidades produtivas solidárias já existentes, bem como para a formatação de novas unidades ligadas a Economia Solidária. Para isso, a secretaria envia agentes de fomento para todo o país, que acompanham segmentos historicamente excluídos como mulheres, quilombolas (remanescentes de comunidades negras), desempregados, entre outros, com a finalidade de formar pequenos empreendimentos auto-sustentáveis e autogeridos (SINGER, 2006).

AS ORIGENS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência de renda também se iniciam efetivamente a partir da década de 90 no país, mais especificamente em 1991, quando se instaura uma transferência monetária a famílias com filhos de 5 a 16 anos em escola públicas, introduzindo a noção da família como beneficiária dos programas, e a obrigatoriedade da frequência à escola por parte das crianças (CAMARGO, 1995). Posteriormente, na metade da década de 90, foram implementadas políticas de transferência de renda em diferentes municípios, tais como Santos, Ribeirão Preto, Brasília, Campinas, caracterizando esta política como parte do Sistema Público Brasileiro de Proteção Social (SILVA e YAZBEK, 2004).

A partir de 2001, no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foram expandidos programas federais criados em 1996, tais como o PETI (Programa de erradicação do

trabalho infantil), além da criação de outros programas, tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros (SILVA, 2002).

Finalmente, em 2003, no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o programa Bolsa Família, com a proposta de unificação dos programas de renda municipais, estaduais e do governo federal, verificando-se um aumento anual do orçamento destinado aos programas de transferência de renda. O programa Bolsa Família se tornou o maior programa de transferência de renda e de combate à pobreza no país, e se encontra presente em todos os municípios brasileiros. (SILVA, 2008). Em outras palavras, houve a unificação de programas como a Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, já que eles muitas vezes eram sobrepostos, acarretando perda de eficiência. O programa Bolsa Família visava focalizar melhor as ações no combate a pobreza, através da simplificação de processos e também através de uma política pública universal, que atendesse à todas as famílias que compõem o público-alvo dos programas. Aumentou-se o valor transferido às famílias, bem como o montante de recursos destinados aos programas de transferência de renda. Além disso, inovou-se ao ter como referência, na transferência de renda, a mulher (mãe), já que essa, supostamente, aplicaria com mais prudência e precisão os rendimentos oriundos dos programas de transferência de renda¹. Como contrapartida, as beneficiárias devem manter crianças e adolescentes na escola, acompanhar o calendário de vacinação para crianças de 0 a 6 anos de idade, bem como a realização do pré e pós-natal para gestantes¹.

O orçamento e o número de pessoas atendidas pela Bolsa Família foram aumentando constantemente. No ano de 2003, R\$ 4,3 bilhões foram investidos, e 3,6 milhões de famílias atendidas. Em 2004, foram investidos R\$ 5,3 bilhões e 6,5 milhões de famílias atendidas. Em 2005, investiu-se R\$ 6,5 bilhões, beneficiaram-se cerca de 8 milhões de famílias, atingindo 100% dos municípios brasileiros. Em 2006, investiu-se R\$ 8,3 bilhões, e o programa foi universalizado para seu público alvo. Em 2007 foram atendidas quase 11 milhões de pessoas, e em 2008, o orçamento era cerca de R\$ 10,5 bilhões de reais. (SILVA, 2008).

A Bolsa Família possui como um dos seus objetivos o combate à fome, e a melhoria na alimentação e das condições de vida das famílias atendidas, além de combater a pobreza e as

desigualdades sociais. O programa possui articulação com outros, tais como de alfabetização, saúde e educação. A Bolsa Família também visa à articulação com programas de trabalho e renda, capacitação, micro-crédito, e unidades produtivas relacionadas à economia solidária, tais como cooperativas. Dessa forma, busca-se a autonomização das famílias, ou seja, fazer com que as mesmas possuam uma inserção no mercado de trabalho². Veremos a seguir, nas conclusões, as formas de articulação entre o programa Bolsa Família e outros programas de trabalho e renda (de economia solidária) e as (im)possibilidades de uma política pública inclusiva, que permita a inserção regular no mercado de trabalho.

CONCLUSÕES

Atualmente, temos o predomínio do neoliberalismo nos diversos países, acarretando uma desestruturação do mercado de trabalho, o crescimento do desemprego, subemprego e do trabalho precário. Isso ocorre nos países desenvolvidos, e essencialmente nos subdesenvolvidos, países da periferia capitalista. No novo capitalismo de acumulação flexível, os processos de produção se tornaram flexíveis, bem como os direitos dos trabalhadores, marcados por contratos de trabalho cada vez mais precários. Em outras palavras, o capital depende cada vez menos do trabalho vivo, e aumenta cada vez mais as taxas de exploração da mais valia.

Nesse contexto do crescimento do desemprego e subemprego, surgem diferentes propostas de políticas públicas, tais como a de proporcionar uma renda temporária, ou mesmo permanente, para desempregados, ou de políticas de fomento e de desenvolvimento econômico, como forma de aumentar a renda e também o número de empregos.

As políticas públicas relacionadas à transferência de renda, qualificação, intermediação e geração de emprego e renda, surgidas como tentativa de recomposição do mercado de trabalho e de combate às desigualdades sociais ganham cada vez mais importância, e abrem o debate sobre as suas possibilidades de inclusão social, ou se pelo contrário, corroboram e ratificam a desestruturação do mercado de trabalho (e dos direitos).

No Brasil as diferentes políticas públicas relacionadas ao trabalho, tais como qualificação, intermediação de mão-de-obra, transferência de renda e geração de emprego e renda, sempre foram precárias e insuficientes, bem como a sua inter-relação. Estas políticas, que na sua interligação, possuem um caráter sistêmico, não compuseram um autêntico Sistema Público de Emprego, clássico dos países centrais do capitalismo, que passaram pelo chamado “Welfare-State”, ou Estado de Bem Estar Social.

Uma maior preocupação com a integração das políticas públicas de emprego passou a existir no Brasil nos anos 90. Novas políticas e programas foram desenhados, e tais programas dividem os analistas de políticas públicas. Enquanto alguns destacam as novas institucionalidades e os impactos positivos no mercado de trabalho das novas políticas de emprego surgidas nos anos 90, outros sugerem que na prática, tais ações se caracterizaram por serem pulverizadas e incompletas (POCHMANN, 1999).

Da mesma forma, as políticas alternativas de trabalho e renda surgidas nos anos 90 e 2000, voltadas para autônomos, micro-empresendimentos individuais e familiares, cooperativas, entre outros, também dividem os especialistas de políticas públicas. Alguns criticam o surgimento de trabalhos precários que surgem dessas experiências, e a ausência de direitos do trabalho para os seus componentes (TENDLER, 2000). Outros autores destacam que as políticas alternativas de trabalho e renda atendem a um público excluído do mercado de trabalho e das políticas tradicionais, ou seja, atendem a desempregados e subempregados que correspondem a uma grande fatia dos trabalhadores do país que não são atingidos pelas políticas públicas (PAMPLONA, 2001). Sabe-se que os pequenos empreendimentos da economia solidária, tais como cooperativas e associações podem auxiliar na construção da cidadania e da autonomia dos seus beneficiários (DOMINGUES JR, 2003), mas podem também corroborar o incremento do trabalho desregulado social e juridicamente, e ocasionar o aumento da exploração dos trabalhadores. (BARBOSA, 2007).

Em relação às políticas de transferência de renda, é de conhecimento geral a importância das mesmas para o melhoramento da alimentação, da saúde e mesmo da educação dos seus

beneficiários, seja pelo incremento da renda mensal, seja pelas contrapartidas exigidas para a participação nesses programas, ou também pela inter-relação dessas políticas com outras voltadas para o combate à exclusão e a pobreza. (POCHMANN, 2004) (FONSECA, 2001). As políticas de transferência de renda podem ter também impactos importantes nas relações de gênero e na construção da igualdade familiar (RODRIGUES, 2008) (DOMINGUES JR, 2006). Contudo, as políticas de transferência, notadamente o programa Bolsa Família, são criticadas pelos baixos valores pagos aos beneficiários, ou seja, não concretizam de fato uma redistribuição da renda na sociedade, mas apenas mantém seus beneficiários num patamar mínimo de sobrevivência, estando longe de serem políticas efetivas de inclusão social (SILVA, 2008).

Os programas de transferência de renda, especialmente o programa Bolsa Família, preconiza a sua interligação com programas de geração de trabalho e renda. Contudo, essa interligação é muito frágil, intermitente, e realizada de modo problemático. Assim, as experiências atuais de beneficiários da Bolsa Família que participam de programas de geração de trabalho e renda apontam para a precarização do trabalho e das condições de vida dos seus beneficiários. (SILVA, 2008). Essas políticas de trabalho e renda, se inserem num quadro de ressignificação e precarização do trabalho, desestruturação do mercado de trabalho, e com raras exceções, não significam uma inclusão autêntica dos beneficiários. (SILVA e YASBEK, 2006).

Também nos municípios, as ligações entre políticas de transferência de renda e as políticas de trabalho e renda ainda são tênues, e muitas vezes sujeitas a mudanças, desvios e mesmo regressões nas suas concepções. Em outras palavras, as políticas sociais relacionadas à trabalho e renda nos municípios estão sujeitas à intermitência e descontinuidade, graças às diferentes injunções políticas.

Recentemente, começaram a serem organizadas e concretizadas novas ligações entre os programas de transferência de renda, em especial, o Bolsa Família, e os programas de trabalho e renda relacionados à economia solidária. Assim, temos que algumas cooperativas (ainda embrionárias) recentemente começaram a serem incubadas em diferentes cidades do país com pessoas originárias do programa Bolsa Família. Por serem experiências extremamente recentes, não se pode afirmar e estabelecer ainda as razões e as possibilidades de sucesso (ou não) destes

empreendimentos populares, ou seja, da sua sustentabilidade no mercado, com a conseqüente geração de trabalho e renda para seus ocupantes. Como afirma Pamplona (2000), a escolaridade e qualificação é um fator muito importante para o sucesso dos empreendimentos populares autônomos e coletivos. É sabido que os beneficiários da Bolsa Família se caracterizam por baixa escolaridade e baixa qualificação, o que coloca limites e obstáculos para a sobrevivência de tais empreendimentos.

Em suma, destacamos a precariedade da formação de um autêntico Sistema Público de Emprego nacional, que conjugue a ligação entre transferência de renda, qualificação, intermediação de mão-de-obra, e geração de emprego e renda. A ligação entre programas de transferência de renda e programas de trabalho e renda - voltados para a economia solidária - ainda é precário e instável, sujeitos a intempéries políticas e mudanças de gestão partidárias. Contudo, ressaltamos que novas ligações entre os mesmos começam a ocorrer integrando políticas e programas federais com políticas e programas municipais, por exemplo, através da integração do programa Bolsa Família com programas de trabalho e renda diversos.

Até o presente momento, os empreendimentos originados na Bolsa Família apontam para a realização de trabalhos precários, contudo, novos empreendimentos solidários com beneficiários do programa estão em gestação, e dado o caráter recente dos mesmos, torna-se prematuro afirmar que os novos empreendimentos necessariamente se caracterizarão pelo trabalho precário. Espera-se que as novas ações apontem para a possibilidade e a esperança da criação da cidadania. Tais mudanças ainda estão em processo e estarão sujeitas ao embate e intempéries políticos, de mudanças nos governos municipais, estaduais e federais, que será definidor da continuidade e da eficiência destas novas ações de integração dos programas sociais, ou pelo contrário, da pulverização e descontinuidade dos mesmos.

AMBIGUITIES AND CREATION OF PRECARIOUSNESS OF POLICIES OF INCOME TRANSFER AND OF WORK AND INCOME IN BRAZIL

ABSTRACT

In this article, we analyzed income transfer programs and work and income programs, as well as the possibilities of an interconnection between both. At first, we reconstituted the discussion around different public policies for the labor market. We also analyzed the origins of the public employment system in Brazil, and the different public policies related to income transfer, job and income creation and to solidary economy. Finally, in the conclusions, we returned to the limits, but also to the possibilities of bringing together income transfer programs with programs focused on work and income creation.

Keywords: Social policies, inducing precariousness, income transfer, work and income.

Notas:

¹ Cf. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acessado em 30/10/2008.

² Cf. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acessado em 30/11/2008.

³ Cf. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acessado em 30/11/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2007.

BASCO, Mercedes e LAXALDE, Maria del Pilar. *Economía Solidaria y Capital Social: contribuciones al desarrollo local*. Buenos Aires, Paidós, 2003.

CAMARGO, José Márcio. *Os Miseráveis 2*. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de Maio de 1995.

CASTEL, Robert. As Transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). *A Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC, 2000

DOMINGUES JUNIOR. Paulo Lourenço. *Programas de Trabalho e Renda no Município de São Paulo: Uma análise a partir do estudo das trajetórias sociais*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Depto de Sociologia, USP, 2006.

_____. *Cooperativa e construção da cidadania da população de rua*. São Paulo, Loyola, 2003.

FONSECA, Ana Medeiros da. *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo, Cortez, 2001.

FORNI, Floreal. *Caminos Solidários de la economía Argentina*. Buenos Aires, Ciccus, 2004.

GORZ, André. *Misères du present, richesses du possible*. Paris, Galillé, 1997.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (Orgs). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Marco A. (org). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998.

PAMPLONA, João Batista. *Erguendo-se pelos próprios cabelos – auto-emprego e*

reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo, Germinar, 2000.

POCHMANN, Márcio, *POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: Resultados e Avaliação*. São Paulo, Cortez, 2004.

_____, *O EMPREGO NA GLOBALIZAÇÃO: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 2001a.

_____, *A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, 2001b.

_____, *O TRABALHO SOB FOGO CRUZADO: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, Contexto, 1999.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.) *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e no Piauí*. São Paulo, Cortez, 2008

_____, A política social brasileira no século XXI: redirecionamento rumo aos programas de transferência de renda. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche (Org.) *Novos Paradigmas de Política Social*. Brasília, UNB, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, YAZBEK, Maria Carmelita e GIOVANNI, Geraldo DI. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo, Cortez, 2004.

SINGER, Paul. SENAES: Uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: MAGNEN, Jean Philippe (Org.). *Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva Internacional*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2006.

_____. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. *Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento?*. São Paulo, Cortez, 1997.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Da distribuição da renda e dos direitos de cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

VALLE, Beatrice. Políticas de mercado de trabalho no Brasil: a experiência do PROGER. In: OLIVEIRA, Marco Antônio. (org). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998.

VAN PARIJ, Philippe. Capitalismo de renda básica. São Paulo, *Revista Lua Nova*, n.º 32, CEDEC., 1996.

TENDLER, Judith. *Why Social Policy is condemned to a residual category of safety nets, and what to do about it. Thoughts on a research agenda for UNRISD*. Comments for the UNRISD Meeting in Stockholm, 23-24 September, 2000.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acessado em 30/11/2008.